

*Modelos retóricos e narração em
“Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”,
do Padre Antônio Vieira*

Rethorical models and narrative in
“relação da missão da Serra da Ibiapaba”, by Father Antonio Vieira

Fernanda Santos¹

Resumo: Antônio Vieira documenta suas viagens, no século XVII, por meio de cartas (epistolografia) e relatos diversos. Entre estes textos se encontra “Relação da missão da serra da Ibiapaba”, produzida em 1660. Procura-se analisar, numa perspectiva retórica, a “Relação da missão da serra da Ibiapaba”, relato escrito a partir das preceptivas retóricas de *Instituição Oratória*, de Quintiliano, e *Do orador*, de Cícero, obras fundamentais para a Oratória. O artigo observa, ainda, que este relato é componente sólido de diversos outros escritos sobre indígenas, produzidos por Antônio Vieira entre os anos de 1650 e 1660, e no qual as preceptivas retórico-argumentativas são mantidas, em defesa de uma causa maior: a evangelização dos indígenas tabajaras e a ratificação da presença dos jesuítas na serra da Ibiapaba.

Palavras-chave: Antônio Vieira/ “Relação da missão da serra da Ibiapaba”. Retórica. Narração. Missões jesuíticas. Indígenas tabajara.

Abstract: Antônio Vieira documents his travels, in the Seventeenth century, through letters (epistolography) and various reports. Among these texts lies “Relação da missão da serra da Ibiapaba”, produced in 1660. This paper aims at analyzing, in a rhetorical perspective, “Relação da missão da serra da Ibiapaba”, a written report based on the rhetorical precepts of Quintilian’s *Institutes of Oratory* and Cicero’s *On Oratory*, two fundamental works on the subject. The article also observes that this report is a solid component of several other writings about the natives, produced by Antônio Vieira

¹ Professora Adjunta de Literatura Portuguesa, na Universidade Federal do Amapá/Campus Santana. Doutora em Letras, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em estudos Literários da UNIFAP e no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (CLEPUL). Email: fercri77@gmail.com.

between 1650 and 1660, and in which the rhetorical-argumentative precepts are maintained, in defense of a greater cause: the evangelization of the tabajara natives and the ratification of the presence of the Jesuits in the Ibiapaba mountain range.

Keywords: Antônio Vieira / “Relação da missão da serra da Ibiapaba”. Rhetoric. Narrative. Jesuit missions. Tabajara natives.

Introdução

Fernanda
Santos

122

No século XVI, o ensino nos colégios jesuítas baseia-se nas obras de Homero, Demóstenes, Virgílio e Cícero, entre outros. O estudo é orientado pelo contato direto com obras da Antiguidade e com os primeiros autores que escrevem sobre Retórica, tais como Aristóteles, o Pseudo-Longino ou Cícero e Sêneca. Se, por um lado, os textos são resultado de um conhecimento escolar transformado em arte por meio do talento individual, por outro lado, permite aos humanistas formarem um estilo próprio. Nesse sentido, o conhecimento de Retórica permite uma teorização próxima das fontes e uma valorização da eloquência. Uma das obras mais estudadas, na altura, é a *Retórica*, do padre Cipriano Soares, um jesuíta espanhol, cuja maior parte da vida passou em Portugal, lecionando no colégio de Santo Antão, em Lisboa, e nas universidades de Coimbra e de Évora. Do mesmo modo que a *Gramática* do padre Manuel Álvares, a obra de Soares serve de instrumento de ensino para a Companhia de Jesus.

O século XVII continua esta tradição de estudo e, neste domínio, são importantes as publicações dos jesuítas Francisco de Mendonça e Francisco de Santo Agostinho Macedo. O renascimento da Retórica surge no século XVIII, manifestando-se este interesse não só em ambiente escolar, mas também em trabalhos que se dedicam a melhorar o gosto estilístico. As edições em latim ou vernáculo de Cícero e Quintiliano, a *Poética* de Aristóteles e o *Tratado do sublime* do Pseudo-Longino aumentam o contato com os textos antigos (LAUSBERG, 1963, p. 20-26).

O alvo dos autores de Quinhentos e Seiscentos é precisamente ensinar a escrever de um modo que pareça o mais natural e verdadeiro. A qualidade da verossimilhança pertence, aliás, a qualquer discurso, segundo Cícero: “[...] em seguida, que narremos o caso, e de tal forma, que a narração seja verossímil [...]; quanto ao fato de julgarem que tais qualidades concebem mais particularmente à narração do que a todo o discurso, parecem-me estar bastante enganados [...]” (*De orat.*, 2, 80, 3). O que torna o discurso verossímil ou semelhante ao verdadeiro são as causas e ex-

plicações daquilo que se considera habitual e natural. Para Aristóteles, a persuasão, no discurso, se dá “quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (*Ret.*, 1, 14, 1356a, 24-26). Na *Poética*², o filósofo refere que não seria necessário o discurso se o pensamento se mostrasse a si próprio:

Pertence ao “pensamento” tudo o que deve ser suscitado pelo discurso. As partes do discurso são: demonstrar, refutar e suscitar paixões (como a compaixão, o pavor, a ira e todas as paixões desse mesmo gênero) e ainda o efeito de ampliação e o de redução (*Poet.*, 157b, 1456).

Vários são os autores que se debruçam sobre a Retórica e a narração no processo de produção de um enunciado. Para Bluteau, “narração”, “história” e “relação” são sinônimos, mas também designa os conceitos de “pintura eloquente, que representa aos olhos dos homens as suas obras, os seus vícios, e virtudes, os segredos dos Príncipes, os costumes das gentes, a instituição das Repúblicas, a fundação, a declinação e ruína dos Impérios” (BLUTEAU, 1728, p. 199).

Invenção (*inuentio*), elocução (*elocutio*), disposição (*dispositio*), ação (*actio*) e memória (*memoria*) são aspectos fundamentais, para os autores de Seiscentos, apoiados em preceptivas de obras tais como as de Aristóteles³, Cícero⁴, o Anônimo de *Retórica a Herênio*⁵ e Quintiliano⁶. A propósito da Retórica, vale notar que na obra *Górgias*, de Platão, registra-se, pela primeira vez, o termo “retórica”. O filósofo caracteriza o conceito como “uma certa experiência” (*empeirian*), que permite aos homens escolher as palavras mais adequadas para convencer outras pessoas. Apesar das formulações de Platão contra os sofistas e a sua pedagogia, a Retórica não deixou de ser ensinada a Aristóteles. Os preceitos retóricos por este formulados estão explanados na sua obra *Retórica*, dividida em três livros, escritos em momentos distintos (entre 350 a.C.

Modelos
retóricos e
narração em
“Relação da
Missão da Serra
da Ibiapaba”,
do Padre
Antônio Vieira

123

2 As citações de autores latinos e gregos clássicos serão feitas de acordo com a padronização do Oxford Classical Dictionary (2019).

3 Obras de Aristóteles citadas neste trabalho: *Poética*, tradução de Paulo Pinheiro (2017); *Retórica*, tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, 3 l. (2012).

4 Edição de *Do orador*, de Cícero, traduzida por Adriano Scatolin (2016).

5 Edição em uso, neste trabalho, de *Retórica a Herênio*, tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra (2005).

6 Em uso a edição de *Instituição oratória/Institutio oratória*, de Quintiliano, traduzida por Bruno Fregni Bassetto, 2015. 4 t. t. I e II, 12 l e 2016. 4 t. t. III e IV, 12 l.

e 335 a. C.). A obra se ocupa da arte de comunicação em público, com fins persuasivos. Já o outro tratado do filósofo sobre a elaboração do discurso, a *Poética*, se ocupa da arte da evocação imaginária, do discurso com fins essencialmente poéticos e literários. A Oratória, por sua vez, se mantém ligada aos mestres de Retórica e aos manuais. A primeira obra sobre esta questão é *Retórica a Herênio*, que surge entre 86 e 82 a.C., sem autoria conhecida (FREITAS, 2014, p. 234). Também é de referenciar, da mesma época, a obra *De Inventione*, de Cícero, consistindo num manual de Retórica em dois livros deixados incompletos. Para Cícero, a Oratória deve contemplar o conhecimento de História, Direito e Filosofia, além de aspectos da tradição retórica, como o estudo das emoções do público e o funcionamento do humor (SCATOLIN, 2016, p. 178).

Para a Companhia de Jesus, a educação para a eloquência, particularmente para a eloquência sagrada, bem como a formação de bons oradores e bons pregadores, é tão importante como formar um filósofo ou teólogo. Fiel aos cânones clássicos da Retórica, o padre Antônio Vieira constitui os seus sermões como peças oratórias, que são, para ele, acima de tudo, exercícios espirituais. Para o pregador inaciano, os procedimentos discursivos e o uso de múltiplos recursos de linguagem revelam a unidade divina que se manifesta em todas as coisas (MIRANDA, 2008, p. 281). Assim, o uso das palavras é o meio mais eficaz para despertar o afeto dos ouvintes e conduzi-los à ação. A partir dos séculos XV e XVI, a obra de Santo Agostinho (século V d. C.) ganha popularidade na Europa. Na obra *Trindade (De Trinitate)*, o filósofo pensa o verbo divino como palavra em sentido figurado ou metafórico e o discurso sobre Deus determinado pela experiência humana (l. 10, c. 1-2).

Estas obras servem de esteio ao pensamento e às Letras de Seiscentos. O padre Antônio Vieira, enquanto orador, teólogo e diplomata da sua época, assenta a sua argumentação nas preceptivas retóricas citadas. A “Relação da missão da serra da Ibiapaba”⁷ é um relato indagador sobre os sucessos e as frustrações dos inacianos em Ibiapaba e o seu

⁷ Conforme a nota dos editores do volume 3, tomo 4 da Obra completa do Padre Antônio Vieira, o texto é transcrito e editado a partir do seguinte documento: Vozes saudosas, da eloquência, do espírito, do zelo, e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus [...], editado por André de Barros, em Lisboa, na “officina” de Miguel Rodrigues, em 1736 (p. 3-89). O título contém, ainda, a seguinte informação: “Escrita pelo Padre Antônio Vieira, e tirada do seu mesmo original”. A edição usada neste trabalho é a mais recente, de 2014. Vide, ainda, uma outra edição do mesmo texto, anterior: A missão da Ibiapaba, com prefácio de Eduardo Lourenço, posfácio de João Viegas e organização de Antônio Araújo (2006).

contato com os indígenas tabajara. A defesa da missão, feita num relato pungente de 17 capítulos, aponta no sentido de defender a continuidade da ação jesuítica nos sertões inóspitos⁸.

1. Circunstâncias históricas da “Relação...”

A colonização do Maranhão e Grão-Pará, a partir da segunda década do século XVII, sofre entraves econômicos e financeiros assinaláveis, desde a falta de investimento de capitais – que agora se viram para a economia do açúcar, no nordeste brasileiro – até ao problema da mão-de-obra (FARAGE, 1991, p. 94-95). Antes dessa data, em 1640, os desentendimentos entre a Ordem inaciana e os colonos são frequentes. Como conselheiro e pregador, D. João IV elege o padre Antônio Vieira. As súplicas dos colonos à Coroa portuguesa não cessam de ser emitidas, de forma a impugnar qualquer lei que impeça a escravidão indígena. Vieira chega ao Maranhão em meados de janeiro de 1653. Nessa altura, outros planos missionários da Ordem decorriam há décadas, o que incluía o apresamento de indígenas como mão-de-obra escrava. Uma das consequências dessa ação parece evidente: a resistência indígena.

Em 1655, Vieira coloca em prática a planejada missão à serra da Ibiapaba, no Ceará. As missões tinham trazido dissabores a Vieira, que criticara as posturas dos capitães-mores, acusando-os de prevaricadores, por conta da prática constante de escravização dos indígenas (AGUIAR, 2011, p. 516).

Vieira profere vários sermões sobre a escravidão dos indígenas e os desmandos dos colonos, no Maranhão, sendo um dos mais importantes o “Sermão da Quinta Dominga da Quaresma do ano de 1654”, no qual refere que os dois vícios do Maranhão são o ócio e a mentira (VIEIRA, v. 4, t. 2, p. 152-153). Em 1655, e em virtude da sua influência, o rei emana a lei de 9 de abril⁹, decretando a liberdade dos indígenas e conferindo a tutela da administração temporal das aldeias aos missionários. Enquanto superior da Companhia, a lei concede a Vieira vários poderes, tais como planejar e ordenar as missões e as expedições ao sertão. Vieira passa, assim, a chefiar as missões da Companhia, entre 1652 e 1661 (FRANCO, 2006, p. 179).

⁸ Este trabalho é parte de uma pesquisa de tese de doutorado, intitulada *Retórica da Alteridade na “Relação da missão da serra da Ibiapaba”*, do padre Antônio Vieira, defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGL/UFES), em dezembro de 2018.

⁹ A “Lei sobre os índios do Maranhão e Grão-Pará” é regulamentada através do Regimento de 14 de abril. Tendo em vista sua aplicação, o padre Antônio Vieira tem como missão aplicá-la, junto com o governador André Vidal de Negreiros (FRANCO, 2006, p. 179).

O fato determinante para organizar a missão ao Ceará é o apoio e concessão de meios do governador André Vidal de Negreiros ao projeto do padre Antônio Vieira. A ideia da missão é a de construir um forte destinado à defesa militar nas praias de Camocim, tornando-se um ponto de apoio às atividades mercantes de comércio de âmbar, sal e pau-violeta, produtos contrabandeados por piratas e nativos da região. A ação temporal aparece vinculada, necessariamente, à missão religiosa.

Em termos geográficos, a serra da Ibiapaba é compreendida como uma região de entrada ao vasto Maranhão. A serra é o primeiro lugar do Ceará colonizado pelos franceses que, durante décadas, obtêm boas alianças com os tapuias. Depois disso, os portugueses, chefiados por Pero Coelho de Souza, capitão-mor da expedição, fazem sua tentativa de colonização, entrando pela ribeira do rio Arabê. Pero Coelho funda a capitania que ele chamará de Nova Lusitânia (hoje Ceará). A partir daí, a serra da Ibiapaba é palco de aguerridos combates entre colonizadores e indígenas (AGUIAR, 2011, p. 526-527).

O relato de Vieira sobre esta missão faz parte de um conjunto de escritos dos inicianos sobre o Maranhão, entre sermões, cartas e outros registros¹⁰, que, segundo Lício Maia, constituem uma intervenção nos assuntos temporais e espirituais (2007, p. 3). Para o autor, Vieira terá escrito a “Relação...” a partir das cartas dos missionários que estavam nas serras, recebidas cerca de 1658, e a “Relação de Luís Figueira”, de 1609. Note-se que Vieira está presente apenas em uma das duas descrições de viagem, a de seu próprio percurso entre o Maranhão e o Ceará, de modo que parte de outras narrativas, para relatar os acontecimentos, tais como a “Relação de Luís Figueira” (1609) e as cartas dos padres que missionavam nas serras, recebidas por volta de 1658. Dois anos antes escrevera uma outra carta ao Provincial do Brasil, enumerando nove razões para a permanência dos missionários. Vieira esclarece que a manutenção da missão em Ibiapaba está diretamente relacionada a outras missões do Estado.

2. Modelos retóricos e narração

A “Relação...” deve ser analisada sob as preceptivas retóricas de Seiscentos, uma vez que foi redigida para um propósito no qual está implícita a veiculação de ideias teológico-políticas. O assunto (*res*) da “Re-

10 Sobre o trabalho catequético dos Jesuítas, na serra da Ibiapaba, para além da “Relação...”, encontram-se os documentos Relação do Maranhão (1609), do Padre Luís Figueira, e Cartas anuais (1695-1702), do Padre Ascenso Gago (MAIA, 2007, p. 3).

lação...” tem como objetivo a persuasão. Para Aristóteles, a persuasão é “uma espécie de demonstração (pois somos persuadidos sobretudo quando entendemos que algo está demonstrado) [...]” (*Ret.*, 1, 1355a, 7-9). Neste caso, o objetivo é convencer o leitor da necessidade dos empreendimentos missionários no sertão. O relato aparece dividido em 17 parágrafos ou tópicos, que antecedem os assuntos tratados. É possível agrupar esses temas em três perspectivas, segundo Lígio Maia (2007, p. 3-6): 1) a importância da conservação das conquistas portuguesas (VIEIRA, §§ IV, V, XIV); 2) os relatos de edificação (§§ I, VI-VIII, X-XII, XVII); 3) os relatos de heresia (§§ II, III, IX, XIII, XIV).

Recomenda-se que a narração seja a segunda parte do discurso, logo após a introdução do assunto (*exordium*), ou seja, depois de feita a introdução da matéria, o orador/narrador deve expor os fatos (LAUSBERG, 1963, §§ 46-90). Para autores como Cícero e Quintiliano, as partes que seguem a narração, no discurso, são a partição (*partitio*), confirmação (*confirmatio*), refutação (*confutatio*) e peroração (*peroratio*) (*Inst. orat.*, 4, 79, 7-9).

A narração dos antecedentes da viagem, essencial ao “fio da história” (ARTAZA, 1989, p. 126), precede a partida do padre Antônio Vieira, no capítulo V. O relato é escrito em contexto missionário de resposta às autoridades locais e como uma forma de justificar a viabilidade da missão à serra da Ibiapaba. Para Quintiliano,

a narração deve certamente ser feita: pode-se expor tudo quanto for diferente daquilo que o adversário expôs, ou então também os proêmios se tornam totalmente inúteis nessas causas; o que mais conseguem além de tornar o juiz mais benevolente pelo conhecimento dos assuntos?/“Denique utique narrandum est, quidquid aliter quam adversarius exposuit narrari potest, aut etiam proemia sunt in his causis supervacua, quae quid magis agunt, quam ut cognitioni rerum accomodatorem iudicem faciant?” (*Inst. orat.*, 4, 80, 1-4).

A “Relação...” insere-se no gênero epidítico (ou demonstrativo), cuja função de louvor à ação jesuítica pode ser observada. O gênero, em geral, descreve um objeto, uma prática, ou louva alguém, de forma a alterar a situação favoravelmente, sendo que o orador confirma uma situação pressuposta como constante (*res certa*) (LAUSBERG, 1963, § 24 e 26). Para além do gênero epidítico, o carácter persuasivo do texto torna-o,

Modelos
retóricos e
narração em
“Relação da
Missão da Serra
da Ibiapaba”,
do Padre
Antônio Vieira

também, deliberativo, na medida em que o narrador procura convencer da necessidade de os jesuítas se manterem em Ibiapaba. Quintiliano refere-se, deste modo, ao gênero deliberativo:

De fato, Aristóteles julgou que a forma demonstrativa da oratória é a mais adequada para ser escrita e a mais parecida com a judicial; evidentemente porque a primeira está toda voltada para a ostentação, enquanto a segunda necessita da arte, talvez para enganar os ouvintes caso isso vier a ser exigido pela utilidade da causa, enquanto as deliberações constam de boa-fé e de prudência /“Namque Aristoteles idoneam máxime ad scribendum demonstrativam proximamque abe a indicialem putavit, videlicet quoniam prior illa tota esset ostentationis, haec secunda egeret artis, vel ad fallendum, si ita poposcisset utilitas, concilia fide prudentiaque constarent.” (*Inst. orat.*, 3, 63, 1-6).

Para Aristóteles, o orador não se ocupa, no gênero deliberativo, “de todas as coisas, mas apenas das que podem vir a acontecer ou não. Sobre tudo o que necessariamente existe ou existirá, ou sobre tudo o que é impossível que exista ou venha a existir, sobre isso não há deliberação” (*Ret.*, 1, 1359a, 34-39).

Nas doutrinas de autores como Quintiliano, a descrição não se opõe à narração. Narrar é amplificar os fatos expondo os acontecimentos, isto é, à dilatação narrativa, a que os latinos chamaram *opera minima* e os gregos *progymnasmata*, principalmente nos exercícios epidícticos. Um dos modelos propostos como exercício para desenvolvimento de habilidades técnicas do orador é a *narratiuncula*, uma amplificação descritiva usada pelos alunos de Oratória e, a partir do século XVI, pela Companhia de Jesus, em seus seminários e colégios. Segundo João Adolfo Hansen:

Da mesma maneira, as fábulas, com sua tipologia de animais alegóricos de virtudes e vícios que amplificam a ação principal narrada, ou a *chria*, menção breve de sentenças e coisas memoráveis, são consideradas elementos narrativos aplicados como descrição de coisas, eventos, pessoas e como detalhes caracteriais e morais de personagens” (HANSEN, 2006, p. 90).

A descrição da inóspita natureza tem um duplo objetivo: mostrar um itinerário de percurso, uma vez que “esta era a primeira viagem que se fazia ou abria depois de tantos anos por estas praias, a falta de experiência, como sucede em todas as coisas novas, fazia maiores os trabalhos e os perigos” (MAIA, 2007, p. 6), mas, ao mesmo tempo, edificar a ação dos jesuítas, contornando os piores obstáculos da natureza.

Conforme Quintiliano, o narrador “deve esforçar-se para que tudo pareça o mais evidente possível!”/ “debet laborare, ut videantur quam evidentíssima.” (*Inst. Orat.*, 4, 65, 2-3). A evidência pode ser considerada uma virtude da narração capaz de torná-la mais clara, servindo não apenas como ornato que agrada, mas também contribuindo para a argumentação da causa em questão. Ao tratar da comoção do público, a *visio* ou *fantasia*, representa as causas ausentes da alma, que assim parecerão presentes. O narrador descreve, em detalhe, a serra da Ibiapaba, com o intuito de “fazer ver” sua imensidão, pujança e as dificuldades que coloca aos missionários, em seu itinerário:

Ibiapaba, que na língua dos naturais quer dizer “Terra talha”, não é uma só serra, como vulgarmente se chama, senão muitas serras juntas, que se levantam ao sertão das praias de Camucim, e mais parecidas a ondas de mar alterado que a montes, se vão sucedendo, e como encapelando umas após das outras, em distrito de mais de quarenta léguas; são todas formadas de um só rochedo, e em partes escaldado e medonho, em outras cobertas de verdura e terra lavada, como se a natureza retratasse nestes negros penhascos a condição de seus habitantes, que sendo sempre duras, e como de pedras, às vezes dão esperanças e se deixam cultivar. Da altura destas serras não se pode dizer coisa certa, mais que são altíssimas e que se sobe, às que o permitem, com maior trabalho da respiração, que dos mesmos pés e mãos, de que é forçoso usar em muitas partes. Mas depois que se chega ao alto delas, pagam muito bem o trabalho da subida, mostrando aos olhos um dos mais formosos painéis que por ventura pintou a natureza em outra parte do mundo, variando de montes, vales, rochedos e picos, bosques e campinas dilatadíssimas, e dos longes do mar no extremo dos horizontes. Sobre tudo olhando do alto para o fundo das serras, estão-se vendo as nuvens debaixo

*Modelos
retóricos e
narração em
“Relação da
Missão da Serra
da Ibiapaba”,
do Padre
Antônio Vieira*

129

dos pés, que, como é coisa tão parecida ao Céu, não só causam saudades, mas já parece que estão prometendo o mesmo, que se vem buscar por estes desertos (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ VIII, p. 131-132).

Fernanda
Santos

130

A retórica define a descrição como o processo que permite visualizar um objeto com existência real ou verossímil, podendo ser considerada sempre que determinado texto “presentifica” uma realidade. Trata-se de um esforço retórico que conta também com a imaginação criativa do receptor do texto, seja oral ou escrito. A topografia aparece, neste caso, como mecanismo descritivo de um lugar que precisa ser reescrito na memória. A descrição (ou écfrase) constitui o dispositivo básico para ressaltar e detalhar as dificuldades enfrentadas pelos Jesuítas, produzindo não retratos estáticos, mas um discurso que entrevê ações, desejos, emoções, ou seja, um conjunto de elementos que se consideram típicos da narração (RODOLPHO, 2014, p. 100; p. 112). A écfrase consiste no processo descritivo detalhado de uma pessoa ou de um objeto com a finalidade de produzir a *enargia*. A *enargia*, ou evidência, pode ser considerada uma figura de pensamento que confere vivacidade à imagem verbal. Geralmente aparece associada à elaboração de imagens que representam objetos inexistentes de uma forma crível. Na tradição latina, écfrase corresponde à descrição, pois procura detalhar o que se expõe. Na Retórica helenística, o termo corresponde a algo mais amplo, uma vez que não se limita a casos específicos de descrição de objetos ou obras, pois engloba a descrição de qualquer coisa, animada ou inanimada (RODOLPHO, 2014, p. 95-97).

O pensamento que se pretende pormenorizar é a paisagem de Ibiapaba, pressupondo uma simultaneidade do testemunho visual, criada para “objetos ausentes (passados, presentes, futuros), por meio de uma vivência de fantasia (*visio*)” (LAUSBERG, 1963, § 369). A simultaneidade é aqui expressa pelo presente histórico, conforme os grifos do excerto de “Relação...”. Os adjetivos utilizados para caracterizar o rochedo como “escalvado e medonho” mostram o uso da alegoria através da personificação (LAUSBERG, 1963, § 425). O rochedo mostra a dureza da paisagem, apesar da beleza, igualmente assinalada, e prenuncia, ainda, o percurso que se avizinha, temeroso e difícil. A descrição, contudo, se aplica também à descrição dos povos habitantes da região, os tabajaras:

Quase na mesma miséria vivem igualmente os Tabajaras, posto que puderam sem muita dificuldade suprir a necessidade da terra com os socorros do mar, que lhe fica distante vinte e cinco léguas, e sobre ser mui abundante de todo o gênero de pescado, está oferecendo de graça o sal nas praias em uma salina natural de mais de duas léguas; mas é tão grande a inércia desta gente, e o ócio, em que excedem a todos os do Brasil, que por milagre se vê um peixe na serra, vivendo de mandioca, milho e alguns legumes, de que também não têm abundância; com que é entre eles perpétua a fome, e parece que mais se mantêm dela, que do sustento (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ VIII, p. 132).

*Modelos
retóricos e
narração em
“Relação da
Missão da Serra
da Ibiapaba”,
do Padre
Antônio Vieira*

Se a paisagem natural revela uma visão do paraíso, a paisagem humana é atravessada por uma imagem desoladora. De forma a atribuir credibilidade e verossimilhança ao seu discurso, o narrador descreve, pormenorizadamente, as paisagens, comportando-se como o “orador [que] se expressa otimamente, sempre que pareça dizer a verdade” (*Inst. Orat.*, 4, 38, 4-5).

131

3. Relatos de Edificação

A “Relação...” se inicia pelos antecedentes da missão em curso, fazendo um histórico da caminhada que se iniciara em 1605, pelos missionários Francisco Pinto e Luís Figueira. A evocação dos padres pioneiros contribui para exaltar os sucessos das missões mais recentes. O relato é introduzido por uma alusão aos tempos heroicos da tomada de Pernambuco, onde se assinala a fidelidade dos indígenas cristianizados à Coroa portuguesa e a grande importância que eles poderão ter na defesa dos seus interesses na América. Passa então de imediato à narração dos fatos que seguiram a chegada de André Vidal de Negreiros e ao relato das missões no sertão.

Os anos da década de 1650 aparecem, claramente, como uma nova oportunidade de conjugar, num mesmo empreendimento, as forças da Coroa e as da Companhia. O trabalho missionário é condição essencial na manutenção dos territórios, em terras brasis.

A “Relação...” se evidencia como uma narrativa de edificação, de cunho político e diplomático. O seu conteúdo visa claramente aos interesses da Coroa portuguesa (sugerindo ou aconselhando ações) e a aproximação negociada a alguns povos indígenas. A resposta aos críticos daquela missão desloca o tema dos frutos da obra dos missionários

para os males que se têm evitado pela presença destes (MAIA, 2007, p. 3-5), tais como a redução e vassalagem dos tabajara¹¹ e a abertura do caminho entre Maranhão e Ceará.

Observa-se que o narrador coloca a missão como continuidade da anterior viagem à serra da Ibiapaba, em 1607. Para isso, relata o sacrifício dos primeiros missionários, Francisco Pinto e Luís Figueira. Aquele é, nas palavras do narrador, “varão de grandes virtudes, e mui exercitado e eloquente na língua da terra”. Famoso por um “milagre” que fizera chover em plena seca do sertão, o jesuíta era conhecido pela “suavidade no trato” (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ 1, p. 120). Sobre Luís Figueira afirma-se o seguinte:

Ficando só, e sem língua, porque ainda a não tinha estudado, se retirou por ordem dos superiores para o Portugal, (mas) logo fez voto de voltar (ao Maranhão), quando lhe fosse possível, a levar por diante a mesma empresa, e buscar nela o mesmo gênero de morte que Deus então lhe negara, ao que ele dizia, por indigno (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ I, p. 120-121).

Ambos considerados como “embaixadores de Deus, e não do governador do Brasil” (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ I, p. 120), conquistam a boa vontade dos indígenas, segundo o relato. Francisco Pinto morre, em missão, mas Luís Figueira retorna ao Maranhão, em 1623, onde trabalha durante catorze anos. Em 1643, o seu destino não será diferente do seu companheiro: “com onze de quinze religiosos que trazia consigo, foi cair nas mãos dos Tapuias aruãs da boca do rio das Amazonas, onde ele e os mais foram primeiro mortos com grande crueldade, e depois assados e comidos daqueles bárbaros” (p. 121).

O início do relato mostra o cultivo do sofrimento como um caminho acolhido, e até sutilmente desejado, para a salvação. A morte do mártir tem um carácter exemplificativo gerado pelo seu testemunho e pelas suas ações. O martírio é, assim, a expressão suprema de excelência e de coerência da vida dedicada a Cristo, sendo também uma prova de autenticidade de valores (AZEVEDO, 2000, p. 326). Luís Figueira sente “inveja daquela gloriosa sorte” (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ I, p. 121), ou seja, a morte violenta do companheiro.

11 Tabajara ou tobajara, conforme a edição já citada de André de Barros (1736). O nome da etnia aparece grafado como “tabajara”, “tobajara” e “tubajara”. Os tabajaras são povos indígenas que habitavam, sobretudo, o litoral do Brasil, entre a foz do rio Paraíba e a ilha do Itamaracá.

A visualização de ações heroicas, dignas de lembrança celebram, narrativamente, a exemplaridade de um tempo já realizado. Os missionários são os heróis que devem ser guardados na memória coletiva para a experiência do presente e do futuro (HANSEN, 2017, p. 21). O relato bebe na ideia de que o martírio é edificante, no capítulo segundo, referindo a primeira missão a Ibiapaba e a ação dos padres como fruto plantado na nova vinha, “parte em flor, parte em agraço”, restando apenas aos missionários “o nome de cristãos” e a memória deixada no lugar (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ I, p. 121). Outros exemplos aparecem, ao longo do texto, tais como os dos padres Antônio Ribeiro, “tão eloquente na língua, e exercitado em conhecer e moderar os ânimos desta gente” (VIEIRA, v. 3, t. 4, §§ XI, p. 136) e Pedro Pedrosa, que se alimentava de “espigas de milho seco que assava por sua própria mão” e “varria a pobre casinha com as mesmas mãos sagradas com que a tinha feito” (p. 138). A carta do padre Antônio Vieira ao provincial do Brasil, datada de 10 de julho de 1658, descreve a ida dos padres a Ibiapaba como uma missão de reconhecimento absolutamente necessária, do seguinte modo:

Em junho de 1556 partiram em Missão à serra da Ibiapaba os padres Antônio Ribeiro e Pedro de Pedrosa, pelas razões que já se tem escrito por vezes a Vossa Reverência, levando por ordem que socorressem aqueles cristãos e gentios conforme a sua necessidade espiritual o pedisse e eles o pediam, e que logo avisassem do sítio dos caminhos, do número e condição de gente, e de todos os outros particulares, para que com estas notícias (que até então se não tinham senão mui confusas) resolvessem os superiores se se havia de continuar ou não a dita Missão (VIEIRA, v. 2, t. 1, p. 236).

O narrador da “Relação...” revela, na sua argumentação, que há um caminho a percorrer muito espinhoso. Enquanto a missão se implanta, pela ação dos padres Pedro Pedroso e Antônio Ribeiro, entre os anos de 1655 e 1691, resultando na construção de templos, novos aldeamentos e ações de conversão, ocorrem revoltas dos indígenas contra os missionários. O superior visitador da Companhia de Jesus decreta o fim da missão da serra da Ibiapaba em 1658. A intervenção do padre Antônio Vieira é fundamental, que escreve diretamente à rainha regente, D. Luísa, num memorial datado de 1 de setembro de 1658, em defesa da continuidade das missões na serra da Ibiapaba (VIEIRA, v. 2, t. 1, p. 244).

*Modelos
retóricos e
narração em
“Relação da
Missão da Serra
da Ibiapaba”,
do Padre
Antônio Vieira*

133

As missões a Ibiapaba continuam, após a ação dos padres Pedro Pedroso e Antônio Ribeiro. Entre 1692 e 1717, estas ficam a cargo dos padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso Júnior. Nessa altura, a assistência aos indígenas da serra da Ibiapaba passa a ser feita pelos jesuítas residentes no Ceará, ampliando-se a jurisdição da missão. A terceira missão compreende as datas de 1718 a 1740, chefiada pelos jesuítas Francisco de Lira e Manuel Batista. A quarta missão cabe ao padre José da Rocha, entre as datas de 1741 a 1759 (AGUIAR, 2011, p. 539-541; p. 543).

Fernanda
Santos

134

Considerações finais

Antônio Vieira, uma das figuras mais proeminentes de Seiscentos, escreve a “Relação...” com o propósito implícito de veiculação de ideias teológico-políticas. Inserida num gênero epidítico e deliberativo, a “Relação...” argumenta a favor da necessidade dos empreendimentos missionários na serra da Ibiapaba.

O carisma da Ordem de Santo Inácio de Loyola, vocacionada para a ação concertada em vários cenários de missão e para o investimento na formação intelectual dos seus membros, predispõe os Jesuítas a serem, na sua própria ótica, os pioneiros do esforço de realização da utopia da universalização do cristianismo.

A “Relação...” faz parte de uma série de textos de Vieira, produzidos entre 1650 e 1660, nos quais aborda, claramente, o seu posicionamento sobre as questões indígenas e a necessidade de permanência dos Jesuítas na serra da Ibiapaba, território do povo tabajara. A cobiça desse ponto geográfico prevê uma estratégia de domínio político e religioso, como porta de entrada para o vasto Maranhão.

A análise retórica do texto permite observar que os tabajara são obrigados a estabelecer uma negociação a Coroa portuguesa e que os jesuítas são os “intermediários” desse processo. A “Relação...” marca variadas missões, com diferenças temporais assinaláveis (note-se a data da primeira missão a Ibiapaba [1655-1691] e da última [1741-1759], percorrendo praticamente um século de presença jesuítica no território), mas todas essas investidas ao local devem ser o espelho da ação divina, interpretadas como símbolo de uma conquista territorial e espiritual. Deste modo, o relato da missão a Ibiapaba representa todo um conjunto de ações concertadas no Maranhão e Grão-Pará, valendo como um “símbolo” da resiliência jesuítica, do martírio católico, da conquista dos indígenas, permeada de insucessos que não devem, todavia, travar a continuação das missões.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Trindade [De trinitate]**. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, Domingos Lucas Dias, João Beato e Maria Cristina Pimentel. Prior Velho: Paulinas, 2007.

AGUIAR, Cláudio. Padre Antônio Vieira e a missão jesuítica da serra da Ibiapaba (1660-1759). **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, ano 172, n. 452, p. 507-547, jul./set. 2011.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica** [1267-1273]. 5 v. Tradução de Alexandre Correa. Rev. de Luís Alberto de Boni. São Paulo: Ecclesiae, 2017.

ARISTÓTELES. **Poética**. Ed., tradução, introd. e not. de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.

ARISTÓTELES. Retórica. In: _____. **Obras completas de Aristóteles**. 14 v. Coord. de Antônio Mesquita. Pref e introd. de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e not. de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARTAZA, Elena. **El ars narrandi en el siglo XVI español: teoría e practica**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

AZEVEDO, Carlos (Dir.). **Dicionário de História religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

BLUTEAU, Raphael. **Suplemento ao Vocabulario portuguez e latino**. Lisboa: Patriarcal Officina da Musica, 1728. Parte 2.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

FRANCO, José Eduardo. **O mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)**. Lisboa: Gradiva, 2006. v. 1.

*Modelos
retóricos e
narração em
“Relação da
Missão da Serra
da Ibiapaba”,
do Padre
Antônio Vieira*

135

FREITAS, Eduardo da Silva de. Cícero e o orador: comentários sobre o *De oratore*. In: **Anais do XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2014.p. 233-250.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria. Construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra, 2006.

HANSEN, João Adolfo. Teatro da memória: monumento “barroco” e retórica. In: LCHAT, Marcelo; SILVA, Natali Fabiana da Costa e (Org.). **Ficção e memória: estudos de Poética, Retórica e Literatura**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2017. p. 9-31.

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de Retórica literária**. Tradução, pref. e adit. de R. M. Rosado Fernandes. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

MAIA, Lígio de Oliveira. A construção retórica da edificação.Vieira, os índios e a missão nas serras de Ibiapaba. In: **ATAS do XXIV Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2007. p. 1-8.

MIRANDA, Margarida. *Sem a voz que os animou, ainda ressuscitados são cadáveres: actio e declamatio* na formação de Vieira, pregador. **Humanitas**, Coimbra, n. 60, p. 267-282, 2008.

OXFORD Classical Dictionary. Oxford: Oxford University, 2019. Disponível em: <<http://www.oxfordre.com/classics/>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

PLATÃO. **Górgias**. V. 2. Trad. de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2014.

QUINTILIANO. **Instituição oratória/Institutio oratoria**. Ed. em latim e português. 4 t. Tradução, apres. e not. de Bruno Fregni Bassetto. São Paulo: Unicamp, 2015.

RETÓRICA a Herênio. Tradução e introd. de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

RODOLPHO, Melina. Écfrase e evidência. **Letras Clássicas**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 94-113, 2014.

SANTOS, Fernanda Cristina da Encarnação dos. **A Retórica da Alteridade na “Relação da missão da serra da Ibiapaba”, de Antônio Vieira**. Tese (Doutorado em Letras). 141 pp. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2018.

SCATOLIN, Adriano. **A invenção Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Cícero, *Do orador*. 1.1-23. **Translatio**, Porto Alegre, n. 12, p. 174-182, dez. 2016.

VIEIRA, Antônio. **A missão da Ibiapaba**. Org. de António Araújo. Pref. de Eduardo Lourenço. Posf. de João Viegas. Coimbra: Almedina, 2006.

_____. **Obra completa**. 30 v. Coord. de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.

_____. **Vozes saudosas, da eloquencia, do espírito, do zelo, e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus [...]**. Ed. de André de Barros. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1736. p. 3-89.

*Modelos
retóricos e
narração em
“Relação da
Missão da Serra
da Ibiapaba”,
do Padre
Antônio Vieira*

137

